



**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
Gabinete do Chefe de Polícia**

PORTARIA GAB/PCPE Nº 521/2017, 15 DE SETEMBRO DE 2017.

Define atribuição para instauração de procedimentos de Polícia Judiciária em ocorrências referentes a crimes ou atos infracionais ocorridos nos Centros de Atendimento Socioeducativo – CASE - e em outras unidades de atendimento socioeducativo da FUNASE.

O CHEFE DE POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO que as ocorrências criminais ou infracionais verificadas nas Unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE - envolvem, como vítimas ou autores, adolescentes que estão em cumprimento de Medida de Internação;

CONSIDERANDO que esta condição legal impõe a necessidade de atendimento especializado e célere a tais ocorrências, com a responsabilização dos autores e seu encaminhamento ao Sistema de Justiça Especializada;

CONSIDERANDO que as Delegacias de Polícia vinculadas ao Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente situadas nos municípios de Paulista e de Jaboatão dos Guararapes têm atribuições cumulativas para lavrar procedimentos policiais nas ocorrências que envolvam adolescentes na condição de vítima ou de autor;

CONSIDERANDO que, dentre os socioeducandos internos nas unidades de atendimento sócio educativo, existem também jovens de 18 a 20 anos de idade, não sendo, portanto, adolescentes;

CONSIDERANDO a gravidade, complexidade e as singularidades inerentes à investigação de crime de homicídio, seja ele cometido por adolescente ou por adulto;

Sugestão de redação:

CONSIDERANDO a gravidade, complexidade e as singularidades inerentes à investigação de ocorrência tipificadas como ato infracional e/ou crime de homicídio, cometido por adolescente ou adulto, respectivamente;

CONSIDERANDO, por fim, que a FUNASE mantém Unidades de Internação em cidades do interior do Estado nas quais inexistem delegacias especializadas,

RESOLVE:

Art. 1º As ocorrências havidas no Centro de Atendimento Socioeducativo do município de Abreu e Lima serão conduzidas, nos dias úteis, durante o expediente, para a 1ª Delegacia de Polícia de Crimes Contra Criança e Adolescente e Atos Infracionais - 1ª



**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
Gabinete do Chefe de Polícia**

DPCCAI, situada no município de Paulista, exceto aquelas que envolvam homicídios, tentados ou consumados.

Art. 2º As ocorrências havidas nos Centros de Atendimento Socioeducativo do município de Jaboatão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho serão conduzidas, nos dias úteis, durante o expediente, para a 2ª Delegacia de Polícia de Crimes Contra Criança e Adolescente e Atos Infracionais – 2ª DPCCAI, situada no município de Jaboatão dos Guararapes, exceto aquelas que envolvam homicídios, tentados ou consumados.

§ 1º Nos finais de semana, feriados ou em dias úteis, no horário compreendido entre as 18h às 08h do dia seguinte, têm atribuição para lavratura do Auto, nas ocorrências referidas nos artigos 1º e 2º:

I – em se tratando de ato infracional: o plantão da Delegacia de Polícia de Atos Infracionais – DEPAI, situado no Recife;

II – nos casos de cometimento de crime, tendo como vítima adolescente ou adulto: a Delegacia de Plantão da área, sendo:

- a) a de Prazeres, para as ocorrências do CASE de Jaboatão dos Guararapes;
- b) a do Cabo de Santo Agostinho, para as ocorrências do CASE daquele município;
- c) a de Paulista, para as ocorrências do CASE de Abreu e Lima.

§ 2º No caso dos incisos I e II do parágrafo anterior, verificado que as delegacias de plantão neles mencionadas estão com sua capacidade de atendimento comprometida pelo acúmulo de ocorrências, o Coordenador de Plantão decidirá sobre a possibilidade de direcionar a ocorrência dos CASEs para outra Delegacia de Plantão.

Art. 3º Verificada a ocorrência de caráter policial nos CASEs de Jaboatão dos Guararapes, do Cabo de Santo Agostinho ou de Abreu e Lima, havendo coautoria entre adulto e adolescente, têm atribuição para lavratura de Auto de Prisão em Flagrante Delito e de Auto de Apreensão em Flagrante de Ato Infracional as 1ª e 2ª DPCCAI, com as respectivas atribuições elencadas nos artigos 1º e 2º desta Portaria.

Art. 4º Na hipótese de ocorrência que resulte em lavratura de Auto de Prisão em Flagrante Delito, sendo o autuado socioeducando maior de 18 anos, deverá o autuado ser encaminhado para Audiência de Custódia, na qual se decidirá sobre a manutenção, ou não, da prisão.

§ 1º Mantida a prisão, o autuado será recolhido para o estabelecimento prisional determinado pela Autoridade Judiciária.

§ 2º Na hipótese de liberação do socioeducando autuado, deverá este retornar ao CASE de origem, onde continuará cumprindo a Medida Socioeducativa.



**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
Gabinete do Chefe de Polícia**

Art. 5º O registro de ocorrência de ato infracional havido em CASEs e que não enseja autuação em flagrante, resultará em instauração de Procedimento Especial ou Boletim de Ocorrência Circunstanciado que será instaurado, mediante portaria:

I – na 1ª DPCCAI – Paulista, quando o ato infracional for praticado no CASE de Abreu e Lima;

II – na 2ª DPCCAI – Jaboatão dos Guararapes, quando o ato infracional for praticado no CASE de Jaboatão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho.

Art. 6º O registro de ocorrência de crime havido em CASEs e que não enseje autuação em flagrante resultará em instauração de Inquérito Policial ou Termo Circunstanciado de Ocorrência que será instaurado, mediante portaria:

I – Na Delegacia de Polícia da 27ª Circunscrição – Abreu e Lima, quando o crime for praticado no CASE deste município;

II – Na Delegacia de Polícia da 20ª Circunscrição – Jaboatão dos Guararapes, quando o crime for praticado no CASE deste município;

III – Na Delegacia de Polícia da 40ª Circunscrição – Cabo de Santo Agostinho, quando o crime for praticado no CASE deste município.

Parágrafo único. A critério do respectivo Delegado Seccional, o inquérito policial, nos casos dos incisos precedentes, poderá ser instaurado em outra delegacia circunscricional da mesma Área Integrada de Segurança – AIS.

Art. 7º As ocorrências havidas nos Centros de Atendimento Socioeducativo dos municípios situados na DINTER I e na DINTER II serão conduzidas, nos dias úteis, durante o expediente, para as seguintes delegacias:

I – Vitória de Santo Antão: Delegacia de Polícia da 61ª Circunscrição;

II – Timbaúba: Delegacia de Polícia da 46ª Circunscrição;

III – Caruaru: Delegacia de Polícia da 89ª Circunscrição;

IV – Garanhuns: Delegacia de Polícia da 134ª Circunscrição;

V – Arcoverde: Delegacia de Polícia da 156ª Circunscrição;

VI – Petrolina: Delegacia de Polícia da 213ª Circunscrição.

Parágrafo único. Nos finais de semana, feriados ou em dias úteis no horário compreendido entre as 18h às 08h do dia seguinte, as ocorrências dos CASEs referidos no *caput* serão atendidas na Delegacia de Plantão da respectiva Área Integrada de Segurança.

Art. 8º As ocorrências de crime de homicídio, na forma consumada ou tentada, havidas nos CASEs, seja cometido por adolescente ou adulto, são de atribuição da Delegacia de Homicídios do município onde está situado o CASE.

Parágrafo único. Nos municípios onde não houver Delegacia de Homicídios, as ocorrências referidas no *caput* serão conduzidas à respectiva Delegacia Circunscricional.



**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
Gabinete do Chefe de Polícia**

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

JOSELITO KEHRLE DO AMARAL

Delegado Especial de Polícia
Chefe de Polícia Civil

